o disposto no n.º 5.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o seguinte:

1.º Nas colónias da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Moçambique são elevadas ao quintuplo as taxas referidas no artigo 106.º e ao dobro as do artigo 107.º do Código do Trabalho dos Indígenas, aprovado pelo Decreto n.º 16:199, de 6 de Dezembro de 1928.

2.º Cumulativamente com as taxas referidas no artigo 106.º do Decreto n.º 16:199, de 6 de Dezembro de 1928, será cobrada pelo contrato de cada trabalhador uma taxa da importância de 25\$ por cada ano ou fracção.

§ único. Esta taxa não será cobrada sempre que os trabalhadores contratados sejam acompanhados pelas suas mulheres durante o período do contrato. Ao produto arrecadado dar-se-á a seguinte aplicação:

a) 60 por cento para assistência indígena, em conformidade com o artigo 424.º do Código do Trabalho dos Indígenas;

b) 40 por cento para ser distribuído às autoridades gentílicas das áreas respectivas.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 19 de Abril de 1950.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

Direcção-Geral do Ensino

Portaria n.º 13:129

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 2.º do artigo 91.º

da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que seja aplicada ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor a Portaria n.º 13:117, de 30 de Março de 1950, do Ministério da Educação Nacional.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia e das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor.

Ministério das Colónias, 19 de Abril de 1950.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho

Atendendo a que é tradicional no início da campanha cotar livremente as primeiras quantidades de batata temporã que aparecem nos mercados;

Atendendo a que na anterior campanha, por despacho de 25 de Abril de 1949, se definiu já essa orientação:

Determino que não seja aplicável, até 15 de Maio próximo, o preceituado na Portaria n.º 12:628, de 11 de Novembro de 1948, relativamente ao preço de venda ao público da batata de produção nacional da actual campanha.

Ministério da Economia, 15 de Abril de 1950.— O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, *Jorge Pereira Jardim*.